

Racionalizar os gastos para reverter um quadro "caótico"

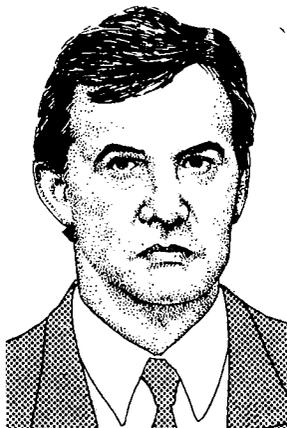
por Cláudia Safatle
de Brasília

O ministro da Saúde, Alcení Guerra, persegue uma meta ambiciosa, mas necessária. Até o final da gestão do presidente Collor de Mello, ele pretende reverter totalmente o quadro "caótico" que prevalece hoje no sistema de saúde, e entregar um sistema moderno e eficiente. Em entrevista a este jornal, Alcení Guerra resumiu a revolução que pretende imprimir à política de saúde, hoje em colapso: "Ao final deste governo, as queixas do sistema de saúde serão de demanda pela qualidade".

No diagnóstico que ele faz da política de saúde, não há somente uma "incidência crescente e preocupante de doenças extintas no mundo desenvolvido mas também uma eficiência impressionante que tivemos para absorver as doenças do Primeiro Mundo, como as cardiovasculares, por exemplo".

Os indicadores de saúde, porém, não são suscetíveis apenas aos cuidados médicos. "Há um privilégio do econômico como fim em si e não como melhoria da qualidade de vida", lembra o ministro.

Ele informou que em junho será o "mês zero" para seu ministério. No dia 20 do próximo mês será anunciado o plano quinquenal de saúde, com enfoque emergencial e de manutenção. O



Alcení Angelo Guerra

primeiro pretende estabelecer medidas que modernizem o setor no curto prazo, através de um esquema desburocratizado e informatizado. O outro representaria a consolidação e preservação dos resultados obtidos.

Hoje, o ministro tem um problema de orçamento que precisa ser equacionado rapidamente: um déficit de Cr\$ 538 bilhões. Ele explicou que esse déficit decorreu de cálculos malfeitos em duas rubricas do orçamento: os técnicos alçaram verbas para garantir 8 milhões de internações, enquanto a demanda mínima é de 12 milhões e a Organização Mundial de Saúde recomenda 15 milhões de leitos disponíveis. A outra refere-se à folha de pagamento. Os 120 mil funcionários do Inamps consumirão uma folha de salá-

rios de Cr\$ 175 bilhões. Se comparado com o gasto de 89, de Cr\$ 19 bilhões, trata-se de uma explosão da folha salarial em termos reais, já que essas cifras correspondem a cruzeiros correntes. "Foram vantagens concedidas aos funcionários do Inamps, não consideradas no orçamento."

Ele está cortando o número de funcionários do ministério de 1.500 para 800 e reduziu de 614 para 138 as funções de chefia. Como são funcionários estáveis, serão retreinados para voltar ao setor público ou buscar trabalho na iniciativa privada.

O sistema gerencial dos hospitais é adequado para as demandas de 200 anos atrás, diz o ministro. Bons médicos foram alçados a administradores, sem nenhum preparo para exercer essa função, e isso tem gerado problemas incompreensíveis. Como exemplo ele citou o caso de um hospital em Goiás, que adquiria 1.200 pares de luvas por mês para uma média mensal de 30 cirurgias. Há "descalabros" também no exercício da função, como outro exemplo que mencionou: uma médica ginecologista, também em Goiás, que faz 16 exames a cada uma hora.

Outro lado do problema estaria, na ótica do minis-

tro, no excessivo "absenteísmo" dos médicos. Num posto de saúde que visitou em Minas Gerais, dos 47 médicos que deveriam estar trabalhando, havia 29 faltosos, 8 de férias e apenas 10 presentes.

"É claro que este não é o maior problema", diz ele, "mas é um problema grave." Outras inúmeras queixas chegam ao seu gabinete, como a partidização do sistema de saúde, prática exercida com os recursos do SUDS (Sistema Único e Descentralizado de Saúde). "São freqüentes as queixas de que secretários de saúde de municípios não atendem determinadas famílias por pertencerem a outras facções políticas."

Da lista de problemas consta ainda a corrupção. "Não se sabe para onde vai o dinheiro." Segundo cálculos do Ministério da Economia, que lhe foram passados, de cada um cruzeiro destinado ao setor, apenas cinquenta centavos chegam ao destino final. "O repasse é feito aos estados e municípios sem nenhum tipo de auditoria. Mas isso acabou", garantiu o ministro da saúde. Sua pasta se encarregará, de agora em diante, de normatizar, organizar, planejar, repassar recursos e fazer auditoria. Aos estados e municípios caberá executar os programas de saúde.